

Fontes para uma história da cultura material escolar no império do brasil no arquivo histórico da câmara dos deputados (1826-1834)

Sources for a history of school material culture in the empire of brazil in the historical archive of the chamber of deputies (1826-1834)

Juarez José Tuchinski dos Anjos<sup>1</sup>

### Resumo

Tomando por objeto de estudo a documentação existente no Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados (Brasília-DF), o artigo tem por objetivo discutir as possibilidades dessa empiria para a história da cultura material escolar no Império, entre os anos de 1826 a 1834. Ancora-se na metodologia da teorização das fontes e nos conceitos de Arquivo e Cultura Material Escolar. As conclusões apontam que da documentação custodiada no arquivo analisado, emerge um duplo testemunho para a escrita de uma história da cultura material escolar no Império: de uma parte, as diferentes atitudes políticas em torno do provimento e da produção de condições materiais da escola e da escolarização da infância no país; de outra, sentidos e significados sobre a história da educação no período da centralização do ensino elementar, pouco observados até o momento, mas que podem vir ser melhor evidenciados pelo estudo da cultura material escolar que ali se vinha produzindo.

**Palavras-chave:** Arquivos. Fontes. Cultura Material Escolar. Século XIX. Câmara dos Deputados.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação. Professor de História da Educação e História da Educação Brasileira no Departamento de Teoria e Fundamentos, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasil. E-mail: juarezdosanjos@yahoo.com.br.

**Abstract**

Based on existing documents on the Historical Archive of the Chamber of Deputies (Brasilia-DF), this article aims to discuss the possibilities of this empiricism for the history of the school material culture in the Empire between the years 1826 and 1834. It is supported by the methodology of theorizing of the sources and in the concepts of Archive and School Material Culture. The conclusions point out that a dual testimony for the writing of a history of the school material culture in the Empire emerges from the documents kept in the analyzed archive: on the one hand the different political attitudes in relation to the provision and production of material conditions of the school and schooling of childhood in the country; on the other hand meanings and senses of the history of education in the period of the centralization of elementary education, not extensively observed until now, but that may be better evidenced by the study of the school material culture that had been produced there.

**Keywords:** Archives – Sources – School Material Culture – 19<sup>th</sup> Century – Chamber of Deputies

**Introdução**

Atualmente, desenvolvo um projeto de pesquisa cujo objetivo central é mapear, nos diferentes acervos existentes na cidade de Brasília (DF), fontes documentais para a construção de interpretações históricas sobre a educação e a escolarização no período imperial (1822 a 1889).<sup>2</sup>

Em princípio, a proposta de um pesquisa com esse recorte temporal, a ser desenvolvido em uma cidade que tem pouco mais de cinquenta anos, pode causar alguma surpresa. No entanto, quando nos anos de 1960

---

<sup>2</sup> Pesquisa Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal – FAP DF – a qual registro, aqui, meus agradecimentos pelo apoio concedido. Agradeço, ainda, a Neusa Peroza dos Santos, pelo auxílio no levantamento e digitalização da documentação utilizada neste estudo. A argumentação central deste artigo foi apresentada, originalmente, em forma de comunicação oral, no III Coloquio Internazionale sulla Cultura Materiale della Scuola “Produzione, uso e circolazione di arredi e sussidi scolastici tra Europa e America Latina tra 800 e 900” (Macerata, 11-13 de setembro de 2017).

realizou-se a transferência de todo o aparelho governamental do Rio de Janeiro (então capital federal) para a moderna metrópole projetada pelo arquiteto Lúcio Costa, transferiram-se, também, valiosos arquivos dos poderes executivo, judiciário e legislativo. No caso deste último, foram trazidos os arquivos históricos da Câmara dos Deputados e do Senado, contendo documentos relativos à atuação do parlamento do Brasil desde o período imperial.

Contudo, os historiadores e historiadoras da educação no país ainda não fizeram uso desses acervos, motivo que tem justificado os esforços meus e de um grupo de orientandos de iniciação científica no sentido de neles localizarmos documentação para a escrita da história da educação no Império. Em função do que podemos chamar de “geografia dos arquivos”, a historiografia recente tem produzido e acumulado um considerável conhecimento sobre a atuação dos governos provinciais, na esfera local, sobre a constituição da escola pública primária no Império, valendo-se, geralmente, dos arquivos públicos estaduais. Contudo, muito há ainda a ser estudado sobre a atuação do governo central e, em particular, dos parlamentares do Império na proposição e organização da instrução pública, sobretudo, na primeira época do pós-independência, período de centralização administrativa que, como se sabe, no plano educacional, abarcava todos os níveis de escolarização. Para a escrita dessa outra história, é que arquivos como os localizados em Brasília tornam-se fundamentais.

No presente artigo, recorte dessa problemática mais ampla de pesquisa e da qual ele é um resultado parcial, o objetivo é discutir as possibilidades da documentação existente no Arquivo da Câmara dos Deputados para a investigação de um aspecto específico da história da educação no Império - a história da cultura material escolar, entre os anos de 1826 a 1834.

A partir das reflexões empreendidas por Robert Darnton (1989; 2000), Clarice Nunes (1990), Natalie Zemon Davis (2006) e Arlette Farge (2009), o Arquivo é entendido, neste estudo e na pesquisa que o origina, como um lugar epistemológico para a escrita da história, espaço de paixão e

encantamento pelo ofício do historiador bem como de contato com o outro, diferente de nós no tempo, no espaço, na cultura e nos valores. Mas um encantamento e contato mediados pela documentação, base empírica que, sendo adequadamente interrogada, limita ao mesmo tempo em que torna possível a produção de determinado conhecimento sobre a vida dos homens, mulheres e crianças do passado. Fazendo uso das palavras de Robert Darnton:

À medida que os delineamentos de uma vida vão emergindo dos manuscritos e vejo a história se revelando de um documento ao outro, sinto a sensação de estar entrando em contato com a condição humana tal como era experimentada por alguém de um outro mundo, que viveu séculos de distância do meu. Sei que devo soar como um romântico, pois posso me enganar e tudo não passar de uma ilusão. Mas, no fundo, acredito que dos arquivos, em toda a sua concretude, provêm um corretivo para suas interpretações românticas e mantém o historiador honesto. Diferentemente dos filósofos e literatos, nós, historiadores, devemos dispor de evidências para sustentar nossos argumentos e não podemos simplesmente extraí-las de nossas cabeças. Nós as extraímos, sim, das caixas dos arquivos (DARNTON, 2000, p. 240).

Já o conceito de cultura material aqui empregado é o cunhado pelas historiadoras Gizele de Souza e Eliane Peres, segundo as quais a cultura material escolar ajuda a definir “o conjunto de artefatos materiais em circulação e uso nas escolas, mediados pela relação pedagógica, que é intrinsecamente humana, reveladora da dimensão social” (SOUZA e PERES, 2011, p. 56). Trata-se de um conceito que permite, pela atenção colocada na dimensão material da instituição escolar ao longo do tempo, compreender melhor o tipo de ensino e de relações educativas que a escola, por meio de seus objetos e espaços físicos, se propunha a empreender na sociedade da qual era, para falar com André Petitat (1994), produto e produtora. Não por acaso o provimento material da escola – uma das dimensões de análise possíveis no rol dos estudos da cultura material escolar, atualmente em evidência no campo da historiografia da educação brasileira – ocupa espaço privilegiado nos debates em torno de sua organização e efetivação ao longo da história.

O recorte temporal adotado vai de 1826 – ano em que são instalados os trabalhos do parlamento brasileiro – até 1834 – quando, em decorrência do Ato Adicional, a instrução primária foi descentralizada, passando sua organização a ser responsabilidade não mais do governo central e sim, das províncias de que se compunha o Império. Porém, como geralmente ocorre em História e oportunamente recordou-nos Jacques Le Goff (2015) em sua derradeira obra, esse, como todo recorte histórico, é arbitrário e necessariamente artificial, uma vez que, mesmo no período da centralização já encontramos iniciativas das províncias no sentido de legislar e organizar a instrução por meio dos seus Conselhos Gerais (FARIA FILHO *et al.*, 2006) ainda que suas decisões precisassem ser submetidas ou ao poder executivo ou ao Parlamento (BRASIL, 1837, art. 85 e 86). Da mesma forma, após 1834, não é raro encontrar tentativas de centralização da instrução por meio de projetos de lei, além de debates, críticas e propostas tentando influenciar a instrução nas províncias, por parte dos deputados e senadores do Império. Ainda assim, é nesse recorte que se localizam debates encetados com o objetivo de influir, diretamente, na organização da escolarização primária, então, efetivamente sob a alçada do poder central.

Em termos metodológicos, recorre-se, aqui, ao procedimento a que Luciano Mendes de Faria Filho (1997) e Clarice Nunes (2005) possibilitam denominar, a partir de diferentes escritos, de “teorização das fontes” – a reflexão prévia sobre as várias formas pelas quais os documentos podem ser interrogados pelo historiador da educação, a fim de aguçar sua atenção para as múltiplas informações que se pode obter sobre determinado passado a partir de uma base documental. Nas palavras de Clarice Nunes:

Teorizar a fonte usada é desnaturalizá-la. (...) É ultrapassar a barreira simbólica em que ela se constitui para a compreensão do próprio pesquisador. É findar com a ilusão positivista de que se reportando a elas estamos nos reportando aos fatos como eles aconteceram, ilusão que persiste apesar dos nossos arsenais teóricos (...) Se a fonte tem uma referência precisa, seja pela origem, pela autoria ou pela finalidade, múltiplos podem ser os seus níveis explicativos, tanto no aspecto explícito, quanto no que diz respeito às significações explícitas que o historiador vai procurar desvendar (NUNES, 2005, p. 101-102).

Desse processo de teorização, ademais, podem emergir possibilidades de pesquisas a serem, posteriormente, perseguidas e incorporadas à agenda historiográfica, desde que postas em diálogo, por certo, com o conhecimento já acumulado acerca dos fenômenos históricos de que essas fontes são, no presente, testemunho.

O artigo divide-se em três momentos. Inicialmente, procuro relatar as linhas gerais do processo legislativo no Brasil Império, a fim de evidenciar melhor as condições de produção da documentação existente no Arquivo da Câmara dos Deputados. Em seguida, descrevo brevemente os tipos documentais arrolados e os conteúdos relativos à cultura material escolar que eles trazem. Na terceira parte, já a modo de conclusão, teorizo essa documentação e ensaio uma hipótese de investigação em torno dela, na tentativa de delinear uma possibilidade de pesquisa que as fontes encontradas parecem anunciar para o estudo da história da cultura material escolar no Brasil Império.

### **Notas sobre o processo legislativo no Império**

No que toca ao poder legislativo na época imperial, a solução adotada na Constituição outorgada por D. Pedro I em 1824 foi a do sistema bicameral. De acordo com a Carta Magna, a Câmara seria eletiva e formada por deputados temporários enquanto que o Senado, também eletivo, seria vitalício (BRASIL, 1837, art. 35; art. 40). As exigências para integrar seus quadros, relativas à idade e renda, dentre outras, revelam uma interessante característica do parlamento destacada por Vamireh Chacon: enquanto a Câmara era composta por membros relativamente jovens e ligados ao baixo clero da burocracia estatal, sendo com frequência bacharéis em Direito – representando, em tese, os interesses das classes médias da população (CHACON, 2008a) – o Senado era formado por cidadãos mais velhos e experientes no serviço público, sendo “o coroamento de uma carreira política e administrativa, configurando-a como burguesia de Estado por excelência” (CHACON, 2008b, p. 16). Essa composição geracional, inclusive, imprimia uma direção política à ação desses legisladores, claramente destacada por

Pimenta Bueno, um dos mais citados comentadores e contemporâneo da Constituição brasileira no Império: “A Câmara dos deputados é a representação ativa do progresso, dos interesses locais e móveis; o senado é o outro órgão (...) que sem opor-se àquela representação quando suas vistas forem bem fundadas, deve fora disso, ser o representante das ideias conservadoras e do interesse geral como predominante” (BUENO, 1857, p. 56).

Como é comum em sistemas bicamerais, a Constituição estabelecia o princípio da revisão entre as casas: um projeto nascido na Câmara seria depois revisado pelo Senado e vice-versa. Na prática, entretanto, o que tenho observado na documentação existente nos respectivos arquivos – apenas no que diz respeito à educação, é bom frisar – é que parece que o Senado adotou uma posição mais hierárquica, no sentido de não propor muitos projetos, mas revisar ora mais, ora menos exaustivamente aqueles vindos da Câmara. Ademais, os projetos propostos pelo poder executivo, através dos diferentes ministérios, deveriam primeiramente ser apreciados e ter seu mérito julgado na Câmara dos Deputados, para só depois seguirem para a análise por parte dos Senadores, o que pode ajudar a explicar essa hierarquia observada. Concluídos os debates, o texto legislativo final, produzido pelas negociações entre as duas casas, era encaminhado para a sanção do Imperador, que o transformaria, caso aprovasse a matéria, em lei.

Quanto às motivações políticas dos trabalhos parlamentares, os arquivos da Câmara dos Deputados revelam que o legislativo era bastante solicitado por diferentes setores da população a propor projetos de lei relativos a temas de interesse das câmaras municipais, conselhos provinciais, associações ou até mesmo de indivíduos em particular. Os deputados, por sua parte, também tendiam a propor leis que beneficiassem as regiões que representassem ou mesmo favorecer amigos e pessoas do seu círculo pessoal, contribuindo, com isso, para a consolidação de uma política patrimonialista e personalista, como já teve oportunidade de observar Emília Viotti da Costa (1998). Política que, é forçoso reconhecer, ainda insiste em permanecer no nosso país.

É dentro desse processo legislativo assim delineado que, entre 1826 a 1834, a organização da instrução pública no Império tornou-se um dos temas frequentes na ordem do dia do Parlamento, no que diz respeito a sua organização. Em 15 de outubro de 1827, Câmara e Senado aprovaram a primeira e única lei geral do ensino no Brasil do século XIX que estabeleceu, dentre outras coisas, a abertura de escolas para meninos e meninas em todas as cidades e vilas mais populosas do Império, o método de ensino mútuo ou lancasteriano como o mais adequado à escola de massas que se queria produzir e, no bojo das entrelinhas da Constituição de 1824, o princípio da gratuidade do ensino, o que torna compreensível, assim, a necessidade de debater e legislar sobre a instrução pública, especialmente num período em que toda ela, no nível elementar, secundário e superior, esteve nas mãos do poder central.

Mas, que documentos encontram-se custodiados no Arquivo da Câmara dos Deputados para a escrita da história da educação em geral e da história da cultura material escolar, em particular? É a questão de que nos ocuparemos a seguir.

### **Abrindo as latas do arquivo em busca de vestígios da materialidade escolar**

O Arquivo Histórico da Câmara situa-se no edifício denominado Anexo II, onde se localizam as comissões parlamentares, prédio que é uma das entradas mais utilizadas pelos deputados para o ingresso no Palácio do Congresso Nacional. Atualmente, como se sabe, o país atravessa um momento político conturbado/ polarizado e, em decorrência disso e da localização estratégica do Anexo II, o acesso ao Arquivo da Câmara nem sempre é simples, pois frequentemente as entradas do prédio que ostenta uma modesta placa com os dizeres “Casa do Povo” são fechadas (geralmente em dias de votações de temas polêmicos e que nem sempre encontram ressonância na vontade popular), dificultando nessas ocasiões que pesquisadores, apesar de toda boa vontade e gentileza das arquivistas responsáveis, consigam desenvolver o trabalho acadêmico sem nenhuma

dificuldade. Percebe-se, já no processo de entrada no Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, tratar-se ele não apenas de um lugar de memória, para falar com Pierre Nora (1993), mas, também, de um lugar de poder, embebido em relações assimétricas e cujas origens remontam a uma tradição política e social mais antiga que o espaço físico no qual se adentra. A exigência de vestimentas tidas por adequadas (calça comprida, no caso dos homens, em uma cidade onde a temperatura com frequência supera os 30 graus) ajuda a completar a solenidade e formalidade impostas a qualquer membro do povo que queira acessar uma das sedes do poder por ele próprio delegada, através do voto.

Superadas essas dificuldades e percebidas essas relações de poder nas quais inevitavelmente fontes e pesquisador acabam embebidos, o historiador tem a possibilidade de realizar a pesquisa no 1º andar do prédio, em uma sala confortável, com climatização e iluminação adequadas à investigação. Os documentos do arquivo são protegidos dois andares abaixo, em sala também climatizada, dispostos em estantes deslizantes e organizados em pastas e latas. Os instrumentos de pesquisa disponíveis são bastante variados, mas permitem sem muita dificuldade e com a orientação sempre prestativa das arquivistas e estagiários a identificação de documentos relativos à educação escolar no Império. Salta aos olhos, inclusive, a quem conhece a precariedade de muitos acervos brasileiros, a qualidade do espaço físico e das condições arquivísticas e de pesquisa existentes no arquivo da Câmara dos Deputados.

Cinco são os tipos documentais mais frequentemente encontrados no arquivo da Câmara contendo, naquilo que é objeto deste artigo, referências à cultura material escolar.

Um primeiro tipo documental são as *petições*, como a que dirigiu a Câmara dos Vereadores de Angra dos Reis solicitando o auxílio da Fazenda Nacional para que, enquanto não fosse possível a construção de uma casa escolar adequada à aplicação do método de ensino mútuo – casa, esta, cuja planta e orçamento enviavam em anexo – o governo autorizasse, ao menos, a verba necessária para o aluguel de uma casa ampla e espaçosa, na qual o

professor nomeado pudesse entrar em exercício (BRDFCD, 10/07/1830, Maço 8, pasta 5)<sup>3</sup>. Trata-se, como se percebe, de pedidos externos cuja resposta, se acolhida, poderia resultar em algum tipo de texto legislativo.

Um segundo tipo documental são os *ofícios*, tanto enviados para comunicação do executivo e das casas legislativas entre si – e, nesse caso, abordando questões da burocracia estatal em construção – como, também, enviados por cidadãos interessados em obter o cumprimento de algum direito seu ou de alguma benesse ou proteção da Câmara. Foi nessa última direção que, em 13 de junho de 1831, Joaquim Ignácio da Costa Miranda, morador do litoral da Província do Rio de Janeiro, oficiava aos deputados ofertando-lhes um exemplar de sua obra de traslados caligráficos – segundo ele, a primeira do gênero escrita no Brasil por um brasileiro – para que ela pudesse “obter o acolhimento nacional”. (BRDFCD, 13/06/1831, Maço 25, Pasta 12). A resposta que este cidadão recebeu nos introduz um terceiro tipo documental existente no arquivo para o estudo da cultura material escolar: os *pareceres*. Esses documentos eram elaborados pelas comissões, relativos aos diversos assuntos que fossem matéria de análise e deliberação da Câmara, como requerimentos/petições e, sobretudo, projetos de lei. Eram essas comissões, inclusive, no caso dos projetos de lei, que por meio dos seus pareceres, decidiam sobre a admissibilidade do projeto, com ou sem emendas, ou sua rejeição. (BRDFCD. Projeto de Regimento, 1826, art. 125). Foi fazendo uso dessa prerrogativa, que a Comissão de Instrução Pública, em 19 de agosto de 1831, emitiu ao autor dos traslados caligráficos “parecer que se recolha ao arquivo da mesma para em todo tempo constar do seu trabalho útil à instrução da mocidade brasileira” (BRDFCD, Maço 18, pasta 16, 19/08/1831). Porém, nem sempre a comissão era tão generosa com os impressos escolares que recebia para apreciação. Em 1827, examinando o

---

<sup>3</sup> BRDFCD é, segundo orientação das arquivistas responsáveis, a sigla internacional adotada para identificação da documentação do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados. Cumpre esclarecer que, quando ausente na documentação, utilizo, nas referências bibliográficas, um título atribuído por mim entre colchetes, apenas para correta identificação do documento citado a fim de facilitar sua utilização no processo de pesquisa. Já a indicação do maço e pasta visa permitir a outros pesquisadores a localização da documentação, de acordo com o arranjo arquivístico adotado atualmente no Arquivo da Câmara dos Deputados.

*Catecismo Político*, obra escrita por um anônimo e possivelmente destinada a uso escolar, considerou seu texto “um tecido de inépcias pueris e de absurdas frivolidades, redigidas em péssima linguagem” (BRDFCD, 1827, Maço 27, pasta 2) recomendando que seu autor não escrevesse a continuação do trabalho mas, antes, que desse vazão às suas ideias pela imprensa, deixando-se o catecismo por ele enviado na secretaria da Câmara, para que o levasse embora!

Um quarto tipo documental são os *projetos de resolução*. Trata-se de projetos de lei elaborados pelos membros das comissões, não apenas apreciando um ofício ou requerimento recebido como, em resposta, propondo um projeto de lei que oferecesse solução à demanda apresentada. Em 17 de julho de 1827, foi o que fez a Comissão da Fazenda, em resposta à solicitação do Vice-Presidente da Província da Bahia pedindo autorização “para poder comprar o arruinado edificio do antigo teatro daquela cidade (...) e para poder reparar o mesmo edificio, convertendo-o em um vasto salão para local da escola de Lancaster, cujo reparo é orçado em 7 a 8 contos de reis.” (BRDFCD, 17/07/1827, Maço 15, Pasta 1). A comissão sugeria à Câmara que em forma de projeto de resolução se atendesse a demanda apresentada.

Por fim, um quinto tipo documental são os *projetos de lei*. Trata-se de versões preliminares de textos de lei que, depois de discutidos pelos deputados, aprovados pelas comissões e tramitados no Senado poderiam, ao final, tornar-se efetivamente leis. Por essa razão, o quantitativo de projetos propostos é bem maior que o de leis efetivamente aprovadas, dada a complexidade do processo legislativo. Um desses projetos de lei foi proposto pelo deputado Bernardo Souza Lobo em 9 de julho de 1831, estabelecendo livros e compêndios a serem adotados em todas as escolas do Império, a responsabilidade de os professores zelarem pela sua conservação e dos presidentes de províncias em Conselho velarem pela correto cumprimento da lei proposta:

A Assembleia Geral Legislativa Resolve:

Art. 1º - Cada uma escola de primeiras letras de ensino mútuo estabelecida na conformidade da lei de 15 de outubro de 1827 será provida dos livros e compêndios seguintes, à custa da Fazenda Nacional

§ 1 - Dicionário da Língua Nacional [ilegível] Moraes; História do Brasil vertida do francês por Pedro José de Figueiredo; dita da Gloriosa Revolução do dia 7 de abril de 1831 e a Corografia do Padre Aires;

§ 2 - Compêndio da Gramática da Língua Nacional por Pedro José de Figueiredo; da Gramática Filosófica de Jerônimo Soares Barbosa; do Ensaio sobre alguns sinônimos da língua nacional por Frei Francisco de S. Luís; de aritmética e de geometria prática por Bezoal; da Constituição do Império.

Art. 2º - Estes livros e compêndios serão fornecidos uma vez somente e entregues aos professores respectivos, os quais ficam responsáveis pela sua conservação.

Art. 3º - O ministro do Império, na Corte e nas Províncias os presidentes em Conselho velarão sobre a execução desta Resolução e darão parte à Assembleia Geral do seu cumprimento. (...) 9 de julho de 1831 (BRDFCD, 9/07/1831, Maço 1, Pasta 12).

Se esses são os tipos documentais custodiados pelo arquivo da Câmara dos Deputados, o que eles, efetivamente, podem testemunhar para a escrita de uma história da cultura material escolar no Império, no período de 1826 a 1834?

### **1. Da teorização das fontes a uma hipótese em torno da cultura material escolar**

Numa dimensão de análise mais superficial, pode-se dizer que o testemunho dos documentos do arquivo histórico da Câmara dos Deputados para uma história da cultura material escolar no Império seria o da proposição e circulação de objetos e produção de espaços escolares. E isso é bastante verdadeiro, pois como vimos, é disso que esses documentos falam.

Todavia, ocorre haver neste acervo algo de mais profundo, que só será percebido se tomarmos, cada um desses tipos documentais, como vestígios das atitudes das quais eles são evidência, uma vez que, parafraseando Marc Bloch (2011) tudo aquilo que o homem toca, devidamente indagado, pode e deve informar sobre ele, sobre suas ações, seus pensamentos, contradições. Ora, interrogando esses documentos dessa forma, me parece que eles podem

ser reveladores das ações e iniciativas políticas de diferentes sujeitos com vistas à institucionalização da escola primária no Brasil Império, pela via do seu provimento material.

Nessa direção, as *petições* podem ser interrogadas como testemunho de como diferentes setores da sociedade – tal qual a Câmara Municipal de Angra dos Reis – cientes das concepções pedagógicas em voga (que advogavam o método de ensino mútuo como o mais moderno e adequado às demandas do país por uma escola de massas), mas, também, do imperativo de edifícios escolares amplos e espaçosos para que no seu interior fossem devidamente dispostas as diferentes classes com seus respectivos monitores; cientes disso tudo, pleiteavam do governo central a mobilização de verbas orçamentárias para que essas propostas educativas se materializassem efetivamente em práticas pedagógicas em determinadas regiões do Império.

Já *ofícios*, como o enviado pelo autor dos traslados caligráficos, podem manifestar a consciência emergente de que, com a escola que se estava produzindo, criava-se, também, a necessidade social de uma elaboração local de objetos e artefatos escolares – como manuais escolares – para que o ensino pudesse ocorrer. Mas, ao mesmo tempo, anunciavam o nascimento, ainda insipiente é verdade, do que mais tarde viria a se tornar o rentável mercado escolar de livros didáticos no Império, a ponto de um sujeito que se alçava a autor do primeiro manual do país (algo a ser verificado!) já entender que, para seu empreendimento ser exitoso, seria oportuno contar com o apoio e aprovação das autoridades, a fim de gozar com mais facilidade de aceitação, num contexto em que a própria instituição escolar – a historiografia nos aponta – ainda estava longe de ser vista como necessária e indispensável à socialização das gerações mais jovens (FARIA FILHO, 2008). E um nascente mercado do qual nem todos poderiam participar, como atesta o *parecer* da Comissão de Instrução que, por não considerar bem escrito o Catecismo Político daquele autor anônimo, anuncia, ao historiador, que também havia certos critérios em termos de conteúdo que deviam ser levados em conta na elaboração dos materiais voltados à escolarização da

infância, critérios que, possivelmente, o mergulho no arquivo e em outros documentos da comissão possa vir a revelar.

Já os *projetos de resolução e os projetos de lei* parecem evidenciar os consensos que se chegou a produzir ou, ao menos, se tentou produzir, sobre determinados aspectos relativos ao provimento material das escolas, fosse com livros didáticos, como os que tentou estabelecer o projeto de lei apresentado pelo deputado Joaquim Ignácio da Costa Miranda ou o projeto de resolução que visava oferecer uma alternativa para a aquisição do arruinado teatro da Bahia, que, reformado, bem poderia vir a sediar uma escola do método mútuo, assim o entendiam o presidente daquela província e os membros da comissão que, após determinados debates, concluíram por recomendar que assim se fazer.

Claro está que o que se esboça aqui, para falar com Natalie Zemon Davis (1987) não são mais do que possibilidades históricas: possibilidades de explicações a serem devidamente verificadas, seja pelo estudo de séries documentais formadas por cada um dos tipos de documentos apresentados como, também, pelo cruzamento deles com outros materiais históricos, como os anais do Parlamento, nos quais encontram-se registrados, a partir de notas taquigráficas, os debates que cada uma dessas peças pode ter despertado ou não nos deputados.

Também há que se considerar aqui a necessidade de que se acompanhem todas as etapas pelas quais cada um desses documentos precisou passar na Câmara e, posteriormente, no Senado. Afinal, se os tomamos como evidências de atitudes políticas, devemos reconhecer que tais atitudes não se operavam no vazio, mas num campo de relações de forças – para falar com E.P Thompson (1997) sobre o processo de construção social da lei –, precisando encontrar acolhida e aceitação por parte dos legisladores para que se tornassem leis ou para que os anseios dos seus produtores fossem, ao menos, satisfeitos. A título de exemplo, anotações realizadas pelo secretário ou pelo amanuense da Câmara já informam de antemão, ao historiador, que o pedido do Vice-Presidente da Bahia para que a Fazenda Nacional fornecesse os recursos para a aquisição do antigo teatro e sua

reforma em escola do método mútuo não foi aprovada pelos deputados. O pedido de aluguel de uma casa, até que se pudesse construir um edifício escolar na vila de Angra dos Reis, sequer chegou a ser analisado! As razões pelas quais essas propostas não foram aceitas, tornando-se “ideias que não se realizaram”, também constituem dimensão de análise a ser considerada, já que podem ser reveladoras de tensões de ordem política que tiveram peso relevante na produção de condições materiais para a escolarização da infância no período aqui analisado.

Mas, como dito inicialmente, esses documentos do Parlamento, fruto do processo político legislativo, falam, também, naquilo que há pouco chamei de dimensão superficial, de objetos e espaços que estavam sendo propostos para o provimento da escola pública entre os anos de 1826 a 1834. Penso que, após se considerar a dimensão profunda das atitudes políticas que presidiram sua escrita e enunciação, aí sim, será possível inquirir, também, sobre as dimensões materiais da escola propriamente ditas que dão a ver.

No período em tela, na documentação que tem sido localizada, é, basicamente, só de livros e casas escolares que os documentos da Câmara dos Deputados tratam quando o assunto é a cultura material escolar. Não encontrei nada sobre penas, papéis, mobílias. Só livros e construções. Tenho indagado: seria isso um indício de que, apesar das defesas que se fazia do método lancasteriano, na prática, o que se estava produzindo era uma escola mais preocupada com o ensino da leitura – onde não são necessários móveis, mesas e bancos, penas e papel; mas, em contrapartida, são indispensáveis os livros e outros suportes de leitura (SILVA; CASTRO, 2011) – do que uma escola que ensinasse efetivamente a ler, escrever e contar? De fato, o projeto mais consistente sobre o que podemos chamar de provimento material das escolas, da autoria do deputado Bernardo Souza Lobo, tratava exclusivamente e exaustivamente dos livros que deveriam existir e ser utilizados nas escolas elementares. Nenhum outro, até agora, para o período, foi encontrado tratando sobre os demais materiais que, na segunda metade do século XIX, a historiografia da cultura material já mostrou serem

frequentes nas escolas do Império. Não se pode descartar, é bom ponderar, que talvez esse provimento com coisas miúdas voltadas a escrita fosse garantido pelos conselhos das províncias ou quiçá pelas câmaras e até mesmo pelos próprios professores (conforme a historiografia relativa ao período da descentralização já demonstra a fartura). Mas, a julgar pelo modelo de governo vigente até 1834, eventuais despesas feitas com esse tipo de material pelos conselhos provinciais, câmaras ou professores teriam de deixar algum vestígio nos arquivos da Câmara, vestígios que, até o presente, não foram localizados.

Por outro lado, a historiografia sobre a cultura material escolar tem apontado que a preocupação com a construção de casas e edifícios escolares teria sido um tema que só adentrou na agenda dos debates relativos à instrução a partir da década de 1870, especialmente sob o impacto das campanhas desencadeadas no Rio de Janeiro pelo Imperador D. Pedro II e que resultaram nas chamadas escolas do Imperador (SCHUELER; MAGALDI, 2009). Entretanto, a documentação localizada até agora na Câmara dos Deputados nos fala de uma preocupação efetiva com a adequação de espaços para o funcionamento das escolas – como um teatro arruinado a ser reformado – ou, caso de surpresa, um projeto com planta arquitetônica, inclusive, para a construção de uma escola. Com efeito, o período da centralização da instrução no Brasil ainda é pouco estudado, sobretudo, no que diz respeito à cultura material escolar. Nesse sentido, um olhar mais detalhado sobre esse tipo de propostas pode, futuramente, redimensionar nosso olhar sobre a questão da produção de espaços escolares distintos dos espaços domésticos no Brasil Império. Ainda que sejam, ao menos nos casos aqui exemplificados, ideias que não se realizaram, o registro de tais ideias e as causas de sua não realização poderão lançar ainda mais luz sobre a história da cultura material na primeira década pós-independência.

Para concluir este artigo, parece ser possível aventar a hipótese de que, da documentação custodiada nos arquivos da Câmara dos Deputados, emerge um duplo testemunho para a escrita de uma história da cultura material escolar no Império: de uma parte, testemunha as diferentes

atitudes políticas em torno do provimento material e da produção de condições materiais da escola e da escolarização da infância no país, mediadas por agentes políticos designados representantes da nação; de outra parte, testemunha, a partir das referências materiais que tal documentação deixa entrever, sentidos e significados sobre a história da educação no período da centralização do ensino elementar, pouco observados até o momento, mas que podem vir ser melhor evidenciados pelo estudo da cultura material escolar que ali se vinha produzindo. A verificação dessa dupla hipótese anuncia, enfim, uma possível agenda de pesquisa.

### Referências

BLOCH, M. *A apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. e Imp. de J. Villeneuve e Comp., 1837.

BRDFCD. *[Ofício de Joaquim Ignácio da Costa Miranda]*. Praia Grande, 13/06/1831. Maço 25, Pasta 12, *documento manuscrito*.

BRDFCD. *[Parecer da Comissão de Instrução Pública acerca do Impresso Traslados Caligráficos]*. Rio de Janeiro, 19/08/1831, Maço 18, Pasta 16, *documento manuscrito*.

BRDFCD. *[Parecer da Comissão de Instrução Pública acerca do impresso Catecismo Político]*. Rio de Janeiro, 1827, Maço 27, Pasta 2, *documento manuscrito*.

BRDFCD. *[Petição da Câmara da Vila de Angra dos Reis]*. Angra dos Reis, 10/07/1830. Maço 8, Pasta 5, *documento manuscrito*.

BRDFCD. *[Projeto de Lei Deputado Bernardo de Souza Lobo]*. Rio de Janeiro, 09/07/1831, Maço 1, Pasta 12, *documento manuscrito*.

BRDFCD. *[Projeto de Resolução da Comissão da Fazenda]*. Rio de Janeiro, 17/07/1827, Maço 15, Pasta 1, *documento manuscrito*.

BRDFCD. *Projeto de Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. 1826, Coleção de Impressos, Folha 37, *documento impresso*.

BUENO, P. *Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Villeneuve, 1857.

CHACON, V. *História do Legislativo Brasileiro: Câmara dos Deputados*. Brasília: Senado Federal, 2008a.

- CHACON, V. *História do Legislativo Brasileiro: Senado Federal*. Brasília: Senado Federal, 2008b.
- COSTA, E. V. Liberalismo: Teoria e Prática. In: *Da Monarquia à República*. São Paulo: Edusp, 2015, p. 131-168.
- DARNTON, R. Entrevista. In: PALLARES-BURKE, M. L. G. (org.) *As muitas faces da História: nove entrevistas*. São Paulo: Edunesp, 2000, p. 233-268.
- DARNTON, R. Uma entrevista com Robert Darnton. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 232-243, 1989.
- DAVIS, N. Z. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DAVIS, N. Z. *Pasión por la Historia: entrevista con Denis Crouzet*. Valência: PUV, 2006.
- FARGE, A. *O sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FARIA FILHO, L. M. et al. *Escola, política e cultura*. Belo Horizonte: Argumentum, 2006.
- FARIA FILHO, L. M. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. (orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 77-98.
- FARIA FILHO, L. M. A história da educação e o desafio das novas fontes: reflexões sobre uma trajetória de pesquisa. *História da Educação*. Pelotas, n. 2, p. 111-125, set. 1997.
- LE GOFF, J. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Edunesp, 2015.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- NUNES, C. História da educação: espaço do desejo. *Em Aberto*. Brasília, n. 47, p. 37-46, jul.-set. 1990.
- NUNES, C. Publicizando uma prática: a avaliação de trabalhos de história da educação. *Educação em Questão*. Natal, v. 22, n. 8, p. 253-263, 2005.
- PETITAT, A. *Produção da escola, produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- SCHUELLER, A. F. M.; MAGALDI, A. M. B. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*. Niterói, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009.
- SILVA, V. L. G.; CASTRO, R. Cultura material da escola: entram em cena as carteiras. *Educar em Revista*. Curitiba, n. 39, p. 207-224, 2011.

SOUZA, G.; PERES, E. T. Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, C. A. (org.). *Cultura material escolar: a escola e seus artefatos*. São Luís: EDUFMA/Café e Lápis, 2011, p. 43-68.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.